



I Seminário Nacional de
Controle Social

A sociedade no acompanhamento da gestão pública

Brasília, 26 de setembro
de 2009



O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

Luiz Ribeiro

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

FUNÇÃO DO JORNALISMO

Jornalismo é a atividade profissional que consiste em lidar com notícias, dados factuais e divulgação de informações. Como segmento da comunicação de massa, exerce a função de informar, explicar e orientar a população.

Produto do jornalismo: a notícia

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

Público/alvo: a população em geral, alcançando todas as camadas sociais, em todos os lugares.

“A notícia tem que chegar onde o povo está”.

Meios utilizados para propagação das notícias: impresso (revistas, jornais, boletins e outros), televisão, rádio, internet.

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

Orçamento da Saúde no Brasil :

2008: R\$ 52,5 bilhões

2009: 59,5 bilhões

2010: 62,4 bilhões *

*previsão

Fonte: Ministério da Saúde

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

DISTRIBUIÇÃO DOS GASTOS COM SAÚDE NO BRASIL

SUS: R\$ 1,5 por dia per capita
327 dólares per capita /ano

Do total gasto na saúde no
Brasil:

38% são públicos e 62% são
bancados pelas famílias, com
planos de saúde e pagamentos
diretos.

De todo volume investido, 16% é
destinado a atenção básica



O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

A cobertura sobre os investimentos na saúde pela mídia

A saúde é um dos temas
mais abordados pela mídia,
ao lado de outros como o
educação, violência,
política, esportes e
comportamento.
Destaque para assuntos
relacionados com a
corrupção:



O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

Cobertura dos problemas dos municípios

Ainda carece de maior cobertura no interior.

Um dos problemas: “Empurroterapia”.



O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

Reportagem

A Sangria na Saúde

Jornais: Correio Braziliense e Estado
de Minas (agosto 2008) – marco sobre o
controle dos recursos para a saúde.

Fonte de pesquisa: relatórios da CGU
Foram examinados dados relativos ao
repasso de R\$ 1,69 bilhão a 1.341
municípios das cinco regiões do país – num
período de cinco anos.
Desviados por conta do desperdício, má
gestão e pela corrupção:
R\$ 426,4 milhões – 25,1%



MENINAS DE OURO

As meninas de ouro, que representam o Brasil em competições internacionais, são treinadas em Minas. O esporte é uma das principais atividades para as jovens atletas, que vivem em condições de vida precárias. O esporte é uma das principais atividades para as jovens atletas, que vivem em condições de vida precárias.



BRONZE INÉDITO

Um atleta mineiro conquistou o bronze inédito em uma competição internacional. O atleta é considerado um dos melhores do país e sua conquista é uma grande vitória para o esporte mineiro.

CORRUPÇÃO SANGRA A SAÚDE DO BRASIL

NADA MENOS QUE R\$ 426.485.025,22 DE R\$ 1.698.625.125,51 LIBERADOS PELO GOVERNO FEDERAL FORAM DESVIADOS NOS MUNICÍPIOS

CEARÁ/Projeto de abastecimento de água em Apolonia resolveu recursos de urgência, mas está paralisado há três anos, o que obriga Rosângela Couto de Silva a fazer longas caminhadas para cobrar a causa



GOIÁS
Em Abadiânia, irregularidade na construção de obras similares levou moradores de favelas às ruas



AMAZONAS
Sem conclusão da ampliação do hospital em Caracaraí do Várzea, os partos são realizados em barracos



RIO DE JANEIRO
Cabeleiros e equipamentos de UTI pré-natal reafirmam em Caldeira porque o hospital está fechado há 4 anos



MINAS GERAIS
A prioridade é total no posto de saúde em Monte Belo, onde falta tudo, inclusive os médicos

ALANA RIZZO, MARIA CLARA PIZZO E THIAGO HEER

Difícil acreditar que deveria melhorar as condições de saúde dos brasileiros, com gastos de carnaval irregulares, banhos festivos ou simplesmente desaparecer em licitações fraudadas. Minucioso e minido levantamento feito pelo Estado de Minas, com base em dados oficiais da Controladora-Geral da União, traça uma radiografia da corrupção e do desperdício. Depois de pesquisar, sem por um, 1.341 relatórios de fiscalização da CGU, a reportagem percorreu as cinco regiões do país e comprovou as fraudes apontadas pelas instituições. Inúmeras irregularidades provocaram sangria de 25,1% de todos os recursos federais que a União destina aos municípios para investimentos no setor.

ÍNDICE

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----

100

DOMINGO

FEMININO

Exuberância de cores e flores

As cores botânicas inspiram a coleção de primavera-verão de Pantini e refletem o clima sofisticado e fresco do mar do Mediterrâneo. As cores são usadas para trazer a natureza para dentro de casa.

EM CASA

Apaixonados pelo Brasil

BEM-VIVER

Paternidade adolescente

PRACIONAS

MAZELAS SOCIAIS DOS HERÓIS DA 2ª GUERRA

PARANÁ

SELECÇÕES

CAMPANHA EM DETRIM

DESCAMBA PARA BAIXARIA

PARANÁ

BRASILEIRO

TIMES MINEIROS JOGAM

EM SITUAÇÕES DIFERENTES

PARANÁ

SANCRIA NA SAÚDE

R\$ 426 milhões
Anúncio finalizado por um órgão público

Desperdício, incompetência e fraudes drenam cerca de 25% das verbas federais



Isacene Assis da Silva, de 25 anos, vive em extrema pobreza com a mãe e cinco filhos, que são desnutridos, em Acropolis (SE), onde os recursos do governo federal para a saúde foram drenados

CÂNCER DA CORRUPÇÃO DEVASTA A SAÚDE

ANA RIZZI, MANO CUNHA PEREIRA e TASSIO BERRY

De Norte a Sul do país, a corrupção, o desperdício e a má gestão desviaram do destino público investido na saúde e em outros setores de R\$ 426,4 milhões. O valor equivale a 25,3% do R\$ 1,69 bilhão repassado pelo Ministério da Saúde, nos últimos cinco anos, a 1.341 municípios. O Estado de Minas foi o maior receptor, com 5.902 ocorrências no total. Os dados são oficiais. Estão nos relatórios de fiscalização da Controladoria Geral da União (CGU). O Estado de Minas fez simulação e maldito levantamento desses números, montou um banco de dados que possibilita uma radiografia detalhada do ataque ao erário e percorreu as cinco regiões do país para comprovar as irregularidades.

As informações jogam por terra a ideia de que há investimento público na área da saúde. Em temporadas de descreditação, cortes de financiamento, no CPMI ou CDS, os números impressionam que o problema está nas administrações municipais que não se concentram em investir nos temas do Programa de Ações Básicas na promoção de festas, convênios de saúde para camaráis temporárias, compra de eletrodomésticos, ou, simplesmente, saquear o dinheiro por meio de inúmeras lançadas fraudulentas.

A União gestora dos recursos, também em sua parcela de responsabilidade na despesa, que penaliza especialmente as comunidades mais carentes, em estados pobres ou com poucos serviços ou não. Na gestão de uma comunidade, ela lida ao máximo com a ausência de fiscalização e a falta de controle na liberação de verbas. Uma simples análise nos critérios entre Fundação Nacional de Saúde para submissão pública revela um esquema de compra, do qual começa com a aprovação de obras sem pagar, abertura da proposta sem avaliação de qualidade, uso de certidão sem fiscalização nos trabalhos. Isso reforça a ideia de que as câmaras de decisão pelo Congresso das leis de regulamentação da saúde possuem bônus de verdade no problema, estampado em documentos públicos produzidos pelo próprio governo federal.

Um exemplo claro por todo o país estão encontrados no Estado de Minas ao longo desta semana. Para se ter uma ideia em Acropolis, perdida no sertão do Ceará, foram investidos mais de R\$ 10 milhões, em apenas dois anos, em obras de abastecimento de água e construção de banheiros. Ainda assim, Francisco Alves, de 63 anos, precisa percorrer durante um quilômetro, sob sol, para buscar água para beber. Na comunidade de Serra dos Se-

casos deveria existir água encanada. No lugar disso, só o esgoto da própria comunidade há dois anos. O sistema não é mantido. Caserta, da Vitória, no Espírito Santo, onde a população precisa viajar uma hora e meia de trem para conseguir atendimento médico, em Maracá, não vale para ser atingido por qualquer coisa, em partição para conseguir um sono tranquilo no porta-jacada de volta. O município não tem hospital, apesar dos 20 mil habitantes. Os médicos do Programa Saúde da Família (PSF) só trabalham na parte da manhã.

DRAMA Não é preciso se afastar muito do eixo rural do país, o Sudeste, o drama persiste. Na pequena Bonfina, no Vale do Jequitinhonha, em Minas, recursos da ordem de R\$ 120 milhões dividiram o sofrimento da população. Em Patrocínio, na Baixada Fluminense, equipamentos adquiridos com o dinheiro público estão estacionados há pelo menos três anos e impedem o funcionamento de um hospital. O acesso da saúde tem destino certo determinado por lei, mas, na prática, sempre dependa da boa vontade dos políticos que a população seja beneficiada como ocorre na cidade. O verde das vastas planícies do rico Norte do Paraná não é capaz de esconder o má aplicação do dinheiro público. No

município 1º de Minas, a dona Maria Helena Soares, de 75 anos, hipertensa, tem de andar 15 minutos a pé para conseguir medicação, mesmo procedimento que deve ser feito todos os dias. Mesmo recebendo verbas para manter o programa PSF, que conta com três carros, os veículos dos médicos estão suspensos no conjunto populacional.

Durante apenas 100 quilômetros do centro do poder, os moradores de São João del-Rei, em Minas, enfrentam um risco que representa o futuro da cidade. O Ministério da Saúde repassou muito dinheiro para construção de um sistema de saneamento, regular, planejado e sem normas técnicas, que extirpou a possibilidade de dar melhores. Equipes do Estado de Minas se queiram o caminho do dinheiro. No estado norte a saúde, não encontrar qualquer dificuldade em compreender o que já estava demonstrado nos relatórios da CGU. Foram vários relatos de beneficiários causados de esperar que promissoras sejam cumpridas, ou, simplesmente, que a lei seja aplicada corretamente. A partir de hoje, o EM faz uma verdadeira radiografia da saúde pública do país, demonstrando que o desperdício, a falta de informação e os diversos motivos das autoridades federais transformam o artigo 19 da Constituição - a saúde é um direito de todos e obrigação do Estado - em letra morta.

SANGRIA NA SAÚDE

R\$ 270,7 milhões

Regiões mais pobres, como Norte e Nordeste, pegam larga fatia do dinheiro público para a saúde

COM MAIOR VORACIDADE

Luiza Russo e Thales Russo

Quando se fala em gastos com saúde, os dados do relatório da Região Nordeste mostram uma realidade preocupante. De acordo com o levantamento, a região recebeu R\$ 270,7 milhões em 2007, o que representa um aumento de 10,5% em relação ao ano anterior. No entanto, quando se analisa o gasto por habitante, o Nordeste ficou em último lugar, com apenas R\$ 142,7 reais por pessoa. Isso significa que, em média, cada habitante da região recebeu menos de R\$ 143 em gastos com saúde em 2007, enquanto a média nacional foi de R\$ 160,7. O relatório também aponta que o Nordeste possui a maior população absoluta do Brasil, com cerca de 100 milhões de habitantes, o que explica em parte o alto valor total dos gastos.

Os dados também revelam que, apesar do aumento nos recursos, o Nordeste continua a sofrer com a falta de infraestrutura básica, como saneamento básico e acesso a serviços de saúde. Isso resulta em altas taxas de mortalidade e morbidade, especialmente em crianças e idosos. Além disso, a distribuição dos recursos não é uniforme, com algumas regiões recebendo mais do que outras. Isso cria desigualdades que dificultam o acesso à saúde para a população mais pobre.

Os dados sobre o gasto com saúde no Brasil em 2007 foram divulgados pelo Ministério da Saúde. O levantamento mostra que o Brasil investiu R\$ 270,7 bilhões em saúde em 2007, o que representa um aumento de 10,5% em relação ao ano anterior. No entanto, quando se analisa o gasto por habitante, o Brasil ficou em último lugar, com apenas R\$ 142,7 reais por pessoa.

Quando se analisa o gasto com saúde no Brasil em 2007, os dados mostram que o país investiu R\$ 270,7 bilhões em saúde em 2007, o que representa um aumento de 10,5% em relação ao ano anterior. No entanto, quando se analisa o gasto por habitante, o Brasil ficou em último lugar, com apenas R\$ 142,7 reais por pessoa. Isso significa que, em média, cada habitante do Brasil recebeu menos de R\$ 143 em gastos com saúde em 2007, enquanto a média nacional foi de R\$ 160,7. O relatório também aponta que o Brasil possui a maior população absoluta do mundo, com cerca de 190 milhões de habitantes, o que explica em parte o alto valor total dos gastos.

A Região Norte tem a maior porcentagem de população com acesso ao sistema de saúde, mas isso não garante melhores resultados. Muitas vezes, a falta de infraestrutura básica, como saneamento básico e acesso a serviços de saúde, resulta em altas taxas de mortalidade e morbidade, especialmente em crianças e idosos.

A Região Nordeste recebeu a maior fatia do dinheiro público para a saúde em 2007, com R\$ 270,7 milhões. No entanto, quando se analisa o gasto por habitante, o Nordeste ficou em último lugar, com apenas R\$ 142,7 reais por pessoa.

REPERCUSSÃO - O relatório também aponta que o Nordeste possui a maior população absoluta do Brasil, com cerca de 100 milhões de habitantes, o que explica em parte o alto valor total dos gastos. No entanto, quando se analisa o gasto por habitante, o Nordeste ficou em último lugar, com apenas R\$ 142,7 reais por pessoa. Isso significa que, em média, cada habitante da região recebeu menos de R\$ 143 em gastos com saúde em 2007, enquanto a média nacional foi de R\$ 160,7. O relatório também aponta que o Nordeste possui a maior população absoluta do Brasil, com cerca de 100 milhões de habitantes, o que explica em parte o alto valor total dos gastos.

O programa de trabalho da União (UNIC) deve atingir a 10ª edição de cinco páginas. Isso demonstra o compromisso da União com a melhoria dos serviços de saúde. No entanto, quando se analisa o gasto por habitante, o Brasil ficou em último lugar, com apenas R\$ 142,7 reais por pessoa.



Promessa de construção de Chafariz em 1971 não é cumprida e deixa apovado José Soares da Costa

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

- Entrave:
- DESVIO DE FINALIDADE



O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

De que forma a mídia pode contribuir para estimular mais o controle;

- Divulgação dos recursos destinados aos municípios
- Acompanhamento da aplicação – Portal da Transparência;



• Verificar como anda a atenção básica. Ir aos pontos distantes do interior.

• ENFOQUE ÀS INICIATIVAS POSITIVAS, PARA LEVAR UMA CONSCIÊNCIA .

• SEPARAR O JOIO DO TRIGO

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de

A mídia sempre dá destaque às denúncias de corrupção. Essa cobertura é útil para a sociedade, por alertar as autoridades e estimular a fiscalização e a aplicação correta dos recursos. Mas, o destaque não deve ser de forma e sensacionalista, pois, isso pode contribuir para uma descrença pública nas instituições e no sistema.



O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

A mídia como aliada dos órgãos de controle.

Difusão das ações dos conselhos municipais de saúde, com a divulgação sobre a função desses órgãos formados por representantes da comunidade.

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde



O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

O papel da mídia no controle das políticas de saúde:

Com a mídia exercendo a sua função de informar e orientar, haverá efetivo controle das políticas na saúde. Somente com a ação da mídia é que a população poderá ser conscientizada para que fazer valer, na prática, o princípio constitucional de que:

**SAÚDE É UM DEVER DO ESTADO
E UM DIREITO DOS CIDADÃOS.**

O Papel da Mídia no Controle das Políticas de Saúde

Muito Obrigado

Luiz Ribeiro

E-mail: luiz.santos@uai.com.br